



**ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA
SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Centésima Décima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Quarenta da Centésima Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 570/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Processo nº 00011975-65.2025.8.12.9012, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.303/2025, do Ministério dos Transportes; Ofício nº 191/2025, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 70.046/2025, do Ministério da Fazenda; Ofícios nºs 730 e 1-0756/2025, (eletrônico) da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 49.310/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; E-mail Tranfere.Gov; Ofício nº 1.822/2025, da Fundação Municipal de Esportes de Campo Grande; Carta nº 2.760/2025, da Águas Guariroba; Carta nº 1.333/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Caravina, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Zeca do PT, Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Lia Nogueira, Mara Caseiro, Gleice Jane e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 245/2025, de autoria Pedrossian Neto; Projeto de Lei nº 259/2025, de autoria do deputado Coronel David. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 160/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 195/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Iara Maria Lourenço da Silva; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Professor*



*Rinaldo e Lidio Lopes; indicações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Zé Teixeira, Jamilson Name, Roberto Hashioka e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! "Expediente da Sessão Ordinária do dia 3 de dezembro de 2025: Cartas nºs 1.346, 1.347, 1.350 e 1.352/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira, Lia Nogueira e Lidio Lopes (Prot. nºs 4431, 4430, 4224, 4444/2025)." Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Zé Teixeira. Por inversão, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero apresentar uma moção de congratulação. Solicito à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao Cordão Valu, pela celebração de seus dezenove anos de história, resistência cultural e promoção do carnaval de rua em Campo Grande. O Cordão Valu nasceu em 2 de dezembro de 2006, data que, simbolicamente, coincide com o Dia Nacional do Samba. Idealizado pelo casal Jefferson Contar e Silvana Valu, o bloco surgiu do sonho de resgatar a essência do carnaval de rua da Capital e criar um espaço de valorização da cultura brasileira em sua forma mais popular, democrática e vibrante. Ao longo de quase duas décadas, o Cordão Valu se consolidou como referência no carnaval do Centro-Oeste brasileiro, colocando Campo Grande no circuito das grandes manifestações culturais do país. Nos últimos anos, o bloco movimentou milhares de pessoas de todas as idades para comemorar a festa mais popular do país, evidenciando sua força, seu alcance e sua importância para o turismo, para a economia criativa e para a imagem cultural do nosso estado. Mais que um bloco carnavalesco, o Cordão Valu tornou-se um movimento cultural ativo durante todo o ano, promovendo eventos, fortalecendo artistas locais e abraçando causas sociais que impactam positivamente a comunidade. Mesmo com o crescimento de sua estrutura, o grupo preserva sua essência: a paixão pela cultura brasileira, a defesa da arte como instrumento de transformação social e o compromisso com um carnaval cada vez mais inclusivo, plural e acessível. Diante da trajetória consolidada, da

relevância artística e social e da contribuição para o fortalecimento da identidade cultural sul-mato-grossense do Cordão Valu, esta Casa de Leis o parabeniza pelos seus dezenove anos de história, desejando sucesso nos projetos futuros. Quero, também, presidente, apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Lucas Henrique Bitencourt de Souza, secretário Municipal de Educação, solicitando a limpeza e manutenção da Escola Municipal Advogado Demóstenes Martins, localizada no bairro Conjunto Residencial Octávio Pécora. Justificativa: pais de alunos procuraram o nosso mandato relatando a situação de abandono do prédio escolar. A preocupação maior é com relação à presença de vegetação alta, o que facilita a proliferação de insetos, animais peçonhentos e mosquitos transmissores de doenças, além de prejudicar a funcionalidade do espaço educacional. A situação torna o ambiente inadequado, comprometendo a segurança e o bem-estar de toda a comunidade escolar. Por último, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à doutora Marielle Alves Corrêa Esgalha, diretora-presidente do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário de Estado de Saúde, solicitando a adoção de medidas urgentes e conjuntas para o reparo imediato do sistema de climatização da UTI Neonatal daquela unidade de saúde. Há alguns dias, pacientes e familiares vêm se queixando das falhas na climatização do Hospital Regional. Com as temperaturas extremamente elevadas registradas nos últimos dias, que ultrapassam 40 C, a situação da UTI Neonatal torna-se ainda mais crítica, diante do funcionamento inadequado do ar-condicionado — tendo em vista que a ambiência térmica é fator determinante para a estabilidade clínica dos recém-nascidos internados, especialmente daqueles em estado mais grave. De acordo com relatos, a equipe de enfermagem tem recorrido ao uso de compressas de água para tentar amenizar o calor dos bebês, o que é um absurdo — utilizar compressas de água para reduzir a sensação de calor extremo que os recém-nascidos estão enfrentando! Entretanto, essa medida é apenas paliativa; não substitui a necessidade urgente de climatização adequada no setor. Temperaturas elevadas aumentam o estresse térmico, dificultam a regulação da temperatura corporal dos recém-nascidos e podem elevar o risco de infecções, colocando em risco a vida dos pacientes. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu quero parabenizar o deputado Pedro Kemp por apresentar essa indicação. Como o mais rápido é conversar, eu liguei para o governador e para a Agesul, e o que eles me disseram? Disseram que o ar-condicionado do Hospital Regional tem apenas trinta anos — trinta anos! Como o nosso aqui, que Vossa Excelência acompanhou: quarenta anos, nós trocamos tudo, porque não funciona mais, já que é refrigerado com água. Aí o governador me retornou a ligação. Eu disse a ele que isso preocupa a nós e aos usuários, em especial aos da UTI Neonatal.

E pedi ao governador que tome uma atitude emergencial, porque lá vai se instalar uma OS — e elas é que vão resolver o problema, como nós acompanhamos naquela explicação do secretário de Saúde. Mas o governador vai autorizar a instalação de dois aparelhos provisórios para atender à demanda. E eu disse para ele que é triste ver as redes sociais mostrando isso. Eu assisti aqui à indicação do deputado Pedro Kemp. Mas eu já tomei providências, falando diretamente com o governador. Um abraço.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero, de modo especial, cumprimentar todos que nos prestigiam neste Plenário e, de modo especial, cumprimentar o Fábio da Costa Cacho, presidente da Federação de Bandas e Fanfarras do Estado de Mato Grosso do Sul, que tem feito um excelente — um extraordinário — trabalho à frente da Federação, reerguendo a cultura das bandas de fanfarras nos municípios do nosso estado, com a realização dos festivais. E isso é importante para o envolvimento dos jovens. A teoria musical que eles recebem por meio da participação nas bandas e fanfarras pelo estado é muito importante. Obrigado. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; ao comandante do Batalhão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes; e ao delegado-geral da Polícia Civil, senhor Lupércio Degerone Lúcio, solicitando reforço do efetivo policial na região do Parque dos Poderes. Trata-se de uma área de grande circulação de servidores públicos, estudantes e visitantes, bem como espaço de prática esportiva ao longo de todo o dia, especialmente nas primeiras horas da manhã e no período noturno. Diante disso, solicito atenção das autoridades competentes. Também, senhor presidente, apresento três indicações, resumidamente. As indicações são justificadas pela necessidade premente de estruturação das entidades, visando à continuidade e à ampliação dos serviços prestados à comunidade. As atividades desenvolvidas por essas instituições demandam suporte logístico constante, especialmente para o transporte das equipes, dos beneficiários e de materiais. Por isso, na forma regimental, indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando viabilizar a doação de veículo para atender os seguintes municípios: 1 - Anaurilândia. Pedido da vereadora Jéssica dos Santos Pereira. Destinado: assentamento Santa Irene. 2 - Rio Brilhante. Pedido do vereador Júlio César Ricci Tolomei. Destinos: Apaes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), ao Centro de Equoterapia, ao Eco Rio e à Fundação de Cultura, Esporte e Lazer (Funcern). 3 - São Gabriel do Oeste. Pedido do vereador Elson Salles, o Perkão. Destinos: Associação Atlética PETcães e Clube Sporte Futuro. Também, senhor presidente, apresento indicações ao senhor Antonio Carlos Videira, no sentido de viabilizar a destinação de novas viaturas para atender os seguintes municípios: Costa Rica, conforme solicitação

do vereador Lucas Gerolamo, destinadas ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar Ambiental; Dourados, conforme solicitação do vereador Cemar Arnal, destinadas ao Batalhão da Polícia Militar e à Polícia Civil; Chapadão do Sul, atendendo à solicitação do vereador Ricardo Bannak, destinadas ao Batalhão da Polícia Militar, à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros Militar. Somente essas proposições, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu venho apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando, em caráter reiterativo, a execução de obra de patrolamento e encascalhamento na rodovia MS-270, no trecho que liga o frigorífico instalado naquela via à Placa do Abadio, no município de Itaporã. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, com cópia ao senhor secretário de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando, em caráter reiterativo e com urgência, a execução de obra de recapeamento da pavimentação asfáltica nas rodovias MS-270 e MS-162, no trecho que faz a ligação do distrito de Itahum até a zona urbana do município de Dourados. Apenas isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Maria da Glória Souza Fernandes, secretária de Assistência Social de Rochedo, representando aqui o prefeito Arino Fernandes. Obrigado pela presença. Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente e telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, bom dia! Eu tenho algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao desembargador corregedor-geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Rui Celso Barbosa Florence, solicitando a revisão das exigências previstas no Provimento nº 309/2024, especificamente quanto à obrigatoriedade de apresentação e atualização, a cada noventa dias, de Certidões de Inteiro Teor de matrículas encerradas no âmbito dos processos de ratificação de imóveis rurais localizados na faixa de fronteira. Essa exigência recai sobre todos os produtores que estão fazendo a ratificação na área de fronteira: eles precisam encaminhar essas certidões, e, mesmo quando a matrícula já foi encerrada, têm de, a cada noventa dias, despender recursos para manter a certidão válida. Além do custo elevado, há retrabalho constante — é preciso manter tudo atualizado, mesmo quando o processo pode durar anos. É importante observar que, assim como ocorre com um registro de óbito, que uma vez lançado não precisa ser renovado, uma matrícula encerrada também deveria ter essa lógica: encerrou,

acabou; não faz sentido ficar validando uma certidão cujo conteúdo não se altera. O assunto é importante. E nós temos discutido isso na Frente Parlamentar de Regularização Fundiária. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, bem como ao reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, professor doutor Laerte Alves Carvalho, solicitando a criação do curso de bacharelado em Serviço Social nas unidades universitárias de Campo Grande e de Dourados, considerando que os estudos técnicos de viabilidade já foram concluídos. Esse é um curso importante, diante das várias ações que demandam esse profissional. É um pedido da categoria e uma necessidade do estado, portanto, merece agora o olhar do reitor e do governador. Já foi feito o estudo técnico, é viável; por isso, reitero esse pedido. Indico à Mesa, nos termos do artigo 171 do Regimento Interno desta Casa, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Felini, solicitando a criação de um grupo de trabalho destinado à elaboração de estudos técnicos para propor o reordenamento da carreira dos servidores da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos. Essa é uma necessidade urgente — servidores que, ao longo da sua história, evoluíram e têm suas remunerações defasadas. A categoria realiza um trabalho relevante para o Estado, portanto merece uma atenção especial. A Frente Parlamentar em Apoio aos Servidores do Suas tem discutido essa pauta; é uma demanda importante de toda a categoria. Agora, uma moção de congratulação, senhor presidente. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Lar de Crianças Santa Rita, pela comemoração dos seus sessenta anos de atuação, celebrando uma trajetória marcada pelo acolhimento, dedicação e compromisso com a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Mais uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 171, XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação à Escola SEI — Serviço de Educação Integral de Dourados, pela celebração dos seus quarenta e cinco anos de fundação, comemorados em setembro deste ano. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente e Mesa Diretora; caros deputados e caras deputadas; senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, em regime de urgência, a realização de obras de restauração asfáltica na rodovia MS-245, a partir do entroncamento com a MS-324 até ao distrito de São Domingos, em Água Clara, em uma extensão de 40 quilômetros. A presente

indicação atende à demanda do vereador Cleison Vital, do município de Água Clara. O referido trecho encontra-se com inúmeros buracos e pontos de erosão, comprometendo o tráfego de moradores, produtores rurais, prestadores de serviços e do transporte escolar. A precariedade atual da via tem provocado prejuízos econômicos e dificuldades logísticas para atividades produtivas da região, afetando diretamente o desenvolvimento local. Bom, senhor presidente, acho que tem sido pauta permanente — ou constante — aqui na Assembleia essa situação das rodovias estaduais. Tanto na região do Vale do Ivinhema, que tenho percorrido nesses dias, como aqui na região Leste, no Bolsão, o problema é evidente. É preciso fazer um trabalho preventivo: deve-se fazer a preparação das rodovias para o período chuvoso, para evitar o transtorno que estamos vivendo agora, nessa época, com tantos buracos. Inclusive, nesse final de semana, na rodovia MS-480, abriu-se uma cratera enorme; uma carreta carregada de farelo de soja tombou, e um veículo pequeno também se envolveu no acidente. Provavelmente houve vítimas ali — não sei se fatais —; mas, pela gravidade do acidente, as pessoas podem ter sofrido danos físicos. É necessário que o Estado reveja isso, porque ainda estamos no início de dezembro, e o período chuvoso vai até abril do próximo ano. É importante, portanto, fazer um trabalho urgente de preparação, para que a população possa trafegar com segurança e tranquilidade nas rodovias do estado. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu venho apresentar, em primeiro lugar, uma moção de repúdio à Agência Estadual de Defesa Sanitária e Vegetal (Iagro), pela política que tem adotado para retalhar, prejudicar e inviabilizar a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, inventando restrições e dificultando a sobrevivência dos produtores da agricultura familiar, impondo perseguições e normas que não são as mesmas aplicadas ao agronegócio. Vale ressaltar que tudo isso acontece ao mesmo tempo em que o governador Eduardo Riedel tem manifestado enorme sensibilidade com a agricultura familiar do nosso estado. É vergonhoso e agressivo o comportamento do presidente da Iagro; e a mando dele a equipe daquela instituição promove toda essa perseguição à agricultura familiar, tentando inviabilizar sua continuidade aqui em Mato Grosso do Sul. Em segundo lugar, senhor presidente, eu faço um convite oficial, na condição de presidente da Comissão da Agricultura Familiar, ao Ibama, ao Imasul, ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal, à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, à Federação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias de Celulose, às lideranças dos movimentos de trabalhadores das empresas de celulose de Mato Grosso do Sul e a especialistas em plantio de eucalipto. Nós realizaremos aqui na Assembleia, em março, um grande evento: uma audiência pública para discutirmos o drama que os pequenos agricultores vivem na região leste do estado. Lagoas estão secando, nascentes estão desaparecendo, cursos d'água estão se extinguindo, baias estão sumindo — já não há mais água, não há alimento para os animais —, e a prepotência das grandes empresas de eucalipto supera até a boa vontade

dos prefeitos em tentar ajudar os pequenos produtores. Portanto, na audiência pública vamos discutir a questão da floresta de celulose na região leste, no chamado Bolsão de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago hoje uma indicação. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a substituição das lâmpadas atualmente instaladas por lâmpadas de LED na rotatória localizada na bifurcação das rodovias MS-080 e MS-430, nas proximidades do Restaurante da Dona Marlene, no município de Rio Negro. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pela vereadora Nair de Oliveira, atuante no município de Rio Negro. Inclusive, graças a solicitações dela, conseguimos instalar a iluminação de acesso à rotatória de chegada a Rio Negro e aos dois lados da entrada da cidade. Agora, existe outra deficiência na bifurcação da MS-080 com a MS-040. Nosso papel aqui é coletar as demandas da população, identificar as necessidades e fazer a interlocução com o Governo do Estado. Muitas vezes o setor responsável não tem condições de acompanhar tudo o que está acontecendo, e é nessas horas que entra o trabalho do parlamentar, apresentando os pedidos. Portanto, estou encaminhando esta indicação. Tenho certeza de que ela será analisada com muito carinho pelo presidente da Agesul. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos, em seu nome, deputado Zé Teixeira, a presença da senhora Jéssica Duarte Valério, vice-prefeita de Caarapó; do vereador Celso Capovilla, de Caarapó; do vereador Leandro Mecânico, de Caarapó; do vereador Clenilson Francisco, de Caarapó; e da vereadora Marinalva Souza Farias, também de Caarapó. Obrigado pela presença em nosso plenário. Sejam bem-vindos à Casa do Povo, à Casa da Democracia! Registramos também a presença do senhor Celso Miranda Alves, presidente da Câmara Municipal de Ivinhema. Muito obrigado pela presença. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira, Bichão de MS.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de recapeamento na MS-141, nas proximidades da usina Adecoagro, no município de Ivinhema. A finalidade é atender à demanda de motoristas, trabalhadores e moradores que utilizam aquela via, especialmente no trecho citado, que apresenta problemas estruturais e

tem dificultado o dia a dia daquela comunidade. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando o restabelecimento do serviço de internet na MS-040, em especial nos trechos contemplados pelo Programa Estadual de Fornecimento de Internet na rodovia. A finalidade é garantir o adequado funcionamento do serviço disponibilizado na MS-040, importante eixo de ligação entre Campo Grande, diversos municípios do estado e propriedades rurais da região. Conforme relatos de usuários, a conexão do programa encontra-se inoperante em diversos pontos, deixando motoristas e moradores sem acesso ao serviço. A disponibilização da internet não representa apenas conforto, mas constitui ferramenta relevante para a segurança viária e pessoal, permitindo contato rápido com serviços de emergência e comunicação em situações de pane mecânica, acidentes ou eventos climáticos adversos. Por fim, apresento um projeto de lei. Projeto de lei que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Emprego de Mães Atípicas do Estado de Mato Grosso do Sul. Para fins desta lei, consideram-se mães atípicas aquelas que tenham sob sua responsabilidade filhos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista ou outras condições que demandem cuidados específicos e contínuos. Esta proposição tem por objetivo criar um programa estadual de incentivo ao emprego dessas mães, reconhecendo a situação de vulnerabilidade enfrentada por mulheres que dedicam grande parte de sua rotina ao cuidado dos filhos nessas condições. Em razão das exigências específicas do cuidado diário, muitas enfrentam dificuldades acentuadas para ingressar ou mesmo permanecer no mercado de trabalho, sendo frequentemente impedidas de exercer atividades profissionais em horários tradicionais ou em ambientes sem a flexibilidade necessária. Diante desse cenário, torna-se fundamental a adoção de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva e garantam meios efetivos para que essas mulheres possam alcançar autonomia econômica. A criação desse banco digital de empregos, a ser desenvolvido pelo Poder Executivo, permitirá que empresas se interessem pela causa e ofereçam vagas compatíveis com a rotina dessas mulheres, especialmente em modelos de trabalho remoto ou flexível. E, no momento, deputado Pedro Kemp, em que essas mulheres têm sofrido tanto — aqui em Campo Grande tivemos, infelizmente, aquele episódio em que mães atípicas protestavam de forma pacífica para que os direitos de seus filhos com deficiência, seus filhos atípicos, fossem preservados —, elas acabaram vítimas de violência em um episódio lamentável ocorrido no último fim de semana. Então, essa proposta também é uma forma de este Parlamento abraçar essas mulheres e oferecer a elas uma oportunidade. Porque muitas delas, deputado Roberto Hashioka, são mães solo: quando seus companheiros descobrem a atipicidade das crianças, simplesmente abandonam as mulheres, que passam a não ter meios para prover seus lares e cuidar de seus filhos. Portanto, estamos apresentando este projeto extremamente social e inclusivo. Por hoje é isso. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e todos aqui presentes! Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso à Federação de Bandas e Fanfarras do Estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu presidente, maestro Fábio da Costa Cacho, em razão do profissionalismo, eficiência e desempenho no segmento cultural e musical do estado. A Federação foi criada em 16 de setembro de 2001, é uma entidade cultural e educacional que tem o objetivo de reunir corporações musicais e estimular o crescimento e o fortalecimento do segmento musical e cultural em todo o estado. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida conforme segue: "O deputado estadual Lucas de Lima, no exercício de suas atribuições parlamentares, em nome da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, apresenta moção de aplauso à Federação de Bandas e Fanfarras do Estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu presidente, maestro Fábio da Costa Cacho, e dos demais maestros, pelo desempenho no Campeonato Brasileiro de Bandas e Fanfarras 2025, realizado na cidade de Amparo (SP), nos dias 22 e 23 de novembro. Ao todo, oito bandas do estado participaram. Dessas, três garantiram o título de campeãs brasileiras em suas categorias: 1 - Banda Municipal de Rochedo, Banda de Percussão com Liras Manoel de Souza Maira, campeã na categoria Banda de Percussão com Liras Juvenil, regida pelo maestro Edson Barbosa de Oliveira. 2 - Banda da Escola Estadual Doris Mendes Trindade, de Aquidauana, Banda de Percussão com Liras Mário Guerreiro, campeã na categoria Banda de Percussão com Liras Sênior, regida pelo maestro Jeilsson Freitas de Souza. 3 - Banda de Música Cristo Redentor, de Três Lagoas, campeã na categoria Música Juvenil, regida pelo maestro Luiz Carlos Relíquias. Além dessas, outras conquistas foram obtidas: 1 - Banda Municipal de Corguinho: vice-campeã na categoria Banda de Percussão com Liras Infantil, regida pelo maestro Edson Barbosa de Oliveira. 2 - Banda Marcial Cristo Redentor de Três Lagoas: vice-campeã na categoria Banda Marcial Infantojuvenil, regida pelo maestro Luiz Carlos Relíquias. 3 - Banda da Escola Estadual Cândido Mariano, de Aquidauana, Banda de Percussão Giovanne Toscano de Brito: terceiro lugar na categoria Banda de Percussão com Liras Sênior, regida pelo maestro Ronei Alexandre da Silva. 4 - Banda de Percussão Sinfônica Black Panther, do distrito de Prudêncio Thomaz, de Rio Brilhante: terceiro lugar na categoria Banda de Percussão Sinfônica Infantojuvenil, regida pelo maestro Denilson Divino de Freitas. 5 - Banda Municipal de Glória de Dourados: quarto lugar na categoria Banda Marcial Infantojuvenil, regida pelo maestro Emerson Moura." Inclusive, algumas das pessoas aqui presentes — acompanhadas pelo vereador Fábio, de Rochedo, e pelo vice-prefeito — fazem parte dessas corporações. Parabéns a todos vocês, que levam a cultura de Mato Grosso do Sul a vários campeonatos. É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Agradeço a todos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 04926/2025, 04927/2025, 04919/2025, 04920/2025); quatro moções de congratulação (Prot. nºs 04922/2025, 04929/2025, 04917/2025, 04921/2025); e uma moção de pesar (Prot. nº 04928/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas

indicações (Prot. nºs 04909/2025, 04908/2025); um requerimento (Prot. nº 04910/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 04924/2025); e uma moção de congratulação (Prot. nº 04925/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro moções de congratulação (Prot. nºs 04915/2025, 04914/2025, 04916/2025, 04913/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 04923/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 04912/2025, 04911/2025). De autoria do deputado Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 04918/2025); e uma moção de repúdio (Prot. nº 04930/2025.) Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de dezenove minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu já ocupei esta tribuna várias vezes para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente aqui do estado: a preservação dos nossos rios, a preservação da nossa vegetação, a preservação do Pantanal — que é um patrimônio nacional. Hoje eu trago uma preocupação com a região de Bonito, Bodoquena, Serra da Bodoquena, que, na verdade, está ameaçada. Está ameaçada por conta do avanço do desmatamento, do assoreamento dos rios, do turvamento das águas em Bonito e em Bodoquena, e não temos visto ações concretas de fiscalização e de punição a quem ameaça o meio ambiente naquela região tão importante para o ecoturismo de Mato Grosso do Sul e para a preservação ambiental — que hoje é uma necessidade colocada como prioridade pelo mundo todo. Recentemente foi publicado um trabalho de monitoramento ambiental, com sobrevoo de quase quinhentos quilômetros nas áreas das nascentes dos rios Betione, Prata e Salobra, e identificaram-se sinais de passivos ambientais capazes de comprometer a saúde desses recursos hídricos. Esses locais atraem quase a totalidade dos turistas que visitam nosso estado. O sobrevoo foi feito por uma equipe do Instituto Homem Pantaneiro, instituto que tive a oportunidade de homenagear ano passado. A equipe informou que realiza esses trabalhos de monitoramento ambiental há dez anos. As nascentes monitoradas estão nos municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Miranda. Entre os problemas ambientais detectados estão: redução de Áreas de Preservação Permanente (as APPs); estresse no volume dos recursos hídricos; e mau uso do solo. Vejam: redução das áreas de preservação permanente! É preciso uma fiscalização mais rigorosa; é necessária uma ação firme do Ministério Público do Meio Ambiente, porque daqui a pouco não existirão mais as belezas naturais visitadas por turistas do Brasil e do mundo em Bonito, Bodoquena e Miranda — região do Pantanal. São necessárias ações mais efetivas e urgentes para garantirmos a preservação dessa riqueza natural que possuímos. Há, inclusive, risco de assoreamento mais intenso nesses rios. Nas áreas de nascentes, exigem-se pelo menos cinquenta metros de vegetação ao redor — as matas ciliares, que são como cílios em volta das margens dos rios, protegendo-os do assoreamento. Já no curso do rio, essa faixa de vegetação varia conforme a largura do curso d'água. Nos locais monitorados, ficaria entre trinta metros e cinquenta metros. O assoreamento do rio Betione, do rio da Prata e do rio Salobra pode gerar impacto econômico direto. Esses três rios já são

utilizados — ou têm potencial de uso — para o ecoturismo; além disso, desaguam no rio Miranda, que é um dos principais tributários responsáveis pela formação do Pantanal, juntamente com o rio Paraguai. A região turística de Bonito e da Serra da Bodoquena está inserida no mapa turístico do Governo Federal. Mais de 91% dos turistas que visitam Mato Grosso do Sul têm como destino essas regiões dos rios cênicos. Bonito recebe 60% dos turistas; Jardim, 15%; e Bodoquena, 15%. São regiões que atraem muitos visitantes em função das belezas naturais, daqueles rios de águas cristalinas em Bonito. Tudo isso está ameaçado pelo avanço da soja e pelo desmatamento ilegal. Por isso, precisamos de uma ação mais efetiva do Ministério Público do Meio Ambiente. Se medidas urgentes não forem tomadas, nós vamos perder essas belezas naturais — que são um importante atrativo, inclusive para a economia desses municípios e para a economia de Mato Grosso do Sul. O pessoal de outros estados até fala de maneira errada o nome de Mato Grosso do Sul, chamando-o de Mato Grosso, mas ninguém erra o nome de Bonito, todo o mundo conhece Bonito e quer ver suas belezas naturais, quer fazer os passeios. Agora, se o Estado não cuidar disso, quais atrações turísticas serão apresentadas ao público daqui a algum tempo? Sem falar no desastre ambiental que isso pode representar. Bonito é uma área muito sensível; o bioma ali é sensível. A Serra da Bodoquena já é uma área de preservação, mas não é respeitada. O avanço do desmatamento continua, assim como a supressão da vegetação das margens dos rios, que são as matas ciliares, responsáveis por proteger os rios dessa região. Então, precisamos, deputado Zeca, pressionar o Ibama, órgão responsável pelo meio ambiente aqui em Mato Grosso do Sul, e também o Ministério Público Estadual, para que haja uma ação mais efetiva na região.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Pedro Kemp, primeiro quero cumprimentá-lo pelo assunto abordado, que é muito importante para o ecoturismo e para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso do Sul — e, mais do que tudo isso, pela simbologia que representam Bonito, Bodoquena e Jardim, com as águas calcárias que possuem. Estou marcando, em segundo lugar, deputado Pedro Kemp, uma audiência com o Ibama, com o Imasul, com o Ministério Público Federal e com o Ministério Público Estadual. Se Vossa Excelência concordar, podemos fazer juntos. A intenção é discutir a questão das águas cada vez mais turvas, o ecoturismo cada vez mais prejudicado na região de Bonito, Bodoquena e Jardim. E discutir também o problema da falta de água na região leste do estado, com a ampliação cada vez mais desenfreada das florestas de eucalipto, que secam o curso da água, as nascentes, as lagoas, prejudicando a fauna — os animais estão morrendo, porque não têm mais comida. É só eucalipto, mas ninguém sobrevive disso, a não ser os grandes empresários. O que percebemos é que o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual o Imasul e o Ibama estão absolutamente distantes dessa pauta. Portanto, cabe a nós provocar esse debate. Ao mesmo tempo, o Imasul vem

"enchendo o saco" dos agricultores da agricultura familiar, exigindo uma série de medidas relacionadas à perfuração de poço artesiano, à supressão de pequena vegetação para produzirem nos lotes que foram contemplados — e o desastre está acontecendo. Infelizmente não está aqui o Renato Câmara, nosso caro colega, presidente da Comissão de Meio Ambiente, que deveria pautar esta matéria para discussão. Parabéns a Vossa Excelência! De fato a situação é preocupante. Isso me leva a concluir que quem manda nesse governo que está aí é a Famasul, a Fiems e o Sebrae. Os interesses da elite estão afundando Mato Grosso do Sul, inclusive, infelizmente, com recursos do governo do presidente Lula. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É verdade, deputado Zeca. A gente tem de colocar aqui que esses órgãos ambientais, que deveriam estar fiscalizando, cobrando, estão inertes, omissos nessa questão! Eu faço digo com toda segurança: se providências não forem tomadas com urgência, nós vamos perder, num futuro breve, essas áreas que são hoje atrativos turísticos; nós vamos ter turvamento de rios, assoreamento, desmatamento avançando cada vez mais. Deputado Zeca, Vossa Excelência afirma que esses órgãos vão para cima dos agricultores familiares, dos pequenos, dificultando a vida dessas pessoas, mas eles não enfrentam os grandes, o agronegócio; não enfrentam quem desmata, quem está assoreando os rios, quem está plantando soja em Bonito, naquela região. Então, o que é isso? É medo? É medo do agronegócio? Não querem enfrentar os grandes. Tem que haver, sim, penalização, multa e bloqueio de projetos, suspensão de projetos que venham a prejudicar o meio ambiente naquela região. É preciso ações mais enérgica em cima desses grandes. Os pequenos estão lutando para sobreviver, para furar um poço, para ter água, para criar suas galinhas, seus porquinhos, sem prejudicar ninguém. Agora, chega um, desmata, planta soja na beira dos rios cristalinos, e ninguém faz nada, nenhuma providência é tomada... Deputado Roberto Hashioka, já vou conceder um aparte ao senhor. Na periferia de Bonito havia, à época — e eu denunciei isso —, o despejo de esgoto em nascentes que iam parar nos rios cristalinos. O mau cheiro é enorme. Então, o rio Mimoso... A gente já fica pensando: quais providências os gestores, a Prefeitura de Bonito, que é responsável pelo esgoto, o Imasul e o Ministério Público estão tomando para evitar essas coisas que estão acontecendo. Concedo um aparte ao deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa. Realmente, nós temos que cuidar do turismo aqui no estado, porque o turismo é um grande gerador de empregos, é uma indústria limpa. E Mato Grosso do Sul tem uma característica especial no contexto desse grande território que é o Brasil, um país continental; mas nem todos os estados têm a qualidade que nós temos para oferecer aos turistas, pela bela natureza de Mato Grosso do Sul. Mas é interessante, deputado, você colocar isso aqui, e eu ouvi o aparte do ex-governador Zeca; eu me recordo de que, um tempo atrás — e aí é uma preocupação com os institutos que temos, no caso o Imasul, principalmente, que é o responsável, aqui no nosso estado, pela

preservação do meio ambiente. Mas há alguns anos, saiu muito na imprensa o caso de uma fazenda — no Pantanal — de mais de vinte mil hectares que foi desmatada. Houve irregularidade, o Ministério Público fez o trabalho devido. No entanto, parece que o Estado trabalhou para que aquele desmatamento fosse regularizado e permitido, sem qualquer penalidade para o infrator. Eu tenho uma pequena propriedade em Nova Andradina, e lá existe uma represa, uma represa que já está lá há mais de cinquenta anos. Eu comprei a propriedade em 1987 — vai fazer quarenta anos — e, quando a comprei, a represa já existia. Ela sofreu uma avaria em 2015; eu fui restabelecê-la em 2017, e ela está funcionando normalmente agora. Foi um técnico do Imasul até a minha represa, e verificou que está tudo consolidado, arrumado, certinho, e fez algumas exigências técnicas. Faz sessenta dias que fui notificado, e, até agora, não encontrei nenhum profissional habilitado para atender tudo o que o técnico me cobrou. E eu tenho um prazo de noventa dias para fazer o que me foi solicitado. Eu sou engenheiro civil, e não consegui entender o que ele pediu. Ele determinou que eu cortasse — vejam que interessante — todas as árvores da crista do aterro, do lado da jusante. Como a represa é antiga, há vegetação, há árvores. E ele orientou que eu cortasse todas elas porque, segundo ele, as raízes poderiam fragilizar o corpo do aterro. Eu não cortei nenhuma ainda, estou resistente a isso. Estou procurando um técnico que faça um laudo dizendo se realmente cortar as árvores seria melhor para o aterro. Sou engenheiro rodoviário, construí muitas rodovias, finalizei obras, e sei que, normalmente, a vegetação protege a crista do aterro. Se há uma árvore ou outra, como é o caso lá, é uma vegetação bonita, natural, muito antiga; a parte da represa é muito bonita, com toda uma proteção, com mata ciliar, inclusive. Eu estive com o presidente do Imasul e comuniquei a ele que, mais acima, há uns dois quilômetros da nascente, existia uma represa antiga. Uma empresa que está plantando cana lá destruiu da represa e assoreou toda uma parte da minha represa. Pedi providências. Não sei se algo foi feito. Mas isso aconteceu. Quanto mais represas existem — quando já existentes —, mais se protege contra o assoreamento. Mas lá destruíram a represa, e a minha sofreu, eu diria, uns vinte por cento de assoreamento por causa disso; todo o material carregado da lavoura de cana está descendo e impactando a minha represa. E, ao lado, há algo ainda mais grave... Em outro córrego, há uma represa que estourou. O proprietário tinha o chamado ladrão, o vertedouro da represa, totalmente sem proteção. Reclamei disso há dois anos — inclusive estava derrubando a cerca da divisa —, e nenhuma providência foi tomada. Então, acho que está faltando empenho, seriedade, quando se fala de meio ambiente aqui no nosso estado. Estão penalizando os pequenos, exigindo o máximo deles; enquanto isso, os grandes, o capital, continuam mandando. Neste país é assim mesmo: o capital continua mandando. O capital continua a mandar nas atividades inerentes à economia do nosso estado. Era isso, deputado. Parabéns pela manifestação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concordo integralmente com Vossa Excelência.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu incorporo ao meu pronunciamento o aparte do deputado Roberto Hashioka, principalmente por conta da parte em que ele afirmou, ao final, que quem manda neste país é o capital. E aqui o agronegócio tem sua força — e ninguém enfrenta o agronegócio, que desmata, que assoreia rios, que prejudica o meio ambiente. Porque a lógica do capital é avançar, transformar tudo em pastagem ou em monocultura. Está aí a situação da rota da celulose — muitos falam disso, batendo no peito, mas pouco se discute sobre o que isso significará para o meio ambiente daqui a alguns anos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um segundo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, eu penso que nós precisamos exigir maior rigor. Acabou o meu tempo, deputado. Os órgãos de proteção ambiental precisam agir com maior rigor, porque, se nós não cuidarmos do meio ambiente, com certeza, daqui a algum tempo, as belezas naturais que hoje são visitadas por turistas do Brasil e do mundo inteiro não existirão mais. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Teresa Moreira, presidente da Câmara Municipal de Jardim; e do meu amigo Jaime Echeverria, vereador de Jardim. Obrigado pela presença. É sempre bom tê-los aqui na Assembleia Legislativa. Encerrado o Grande Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Questão de ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Apenas para dizer que eu já levantei os nomes dos titulares da Comissão de Meio Ambiente e vou tentar conquistar três dos cinco — com todo o carinho do deputado Renato Câmara — para que nós, deputado Renato, promovamos uma audiência pública para discutirmos o problema ambiental e a omissão, deputado Pedro Kemp, do Ibama, do Imasul, do Ministério Público, das autoridades e do Governo do Estado com relação à problemática de Bonito: as águas calcárias contaminadas com veneno aplicado na soja, o que acarreta a falta de comida para os animais e danos à saúde da população assentada na região do Bolsão. Isso tudo está acontecendo, e ninguém, absolutamente ninguém, se preocupa. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom, deputado. Esse é o papel da Assembleia: ouvir denúncias para buscar a realidade dos fatos. Vamos dar todo apoio a Vossa Excelência e ao deputado Renato Câmara. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e dois deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero fazer um convite oficial aos senhores deputados, especialmente ao Coronel David, ao Junior Mochi, ao Professor Rinaldo e ao Paulo Duarte, que são atletas. Amanhã é aniversário das Moreninhas, e nós vamos realizar uma festa com a Câmara Municipal de Campo Grande. Haverá um jogo de futebol. Na última vez a Câmara judiou da Assembleia. Amanhã vamos inverter isso. Será às 19 horas. Deputado Jamilson, deputado Marcio, estão todos convocados.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Apenas para parabenizar os delegados de polícia, porque hoje é o Dia do Delegado — esse profissional tão importante para o nosso Brasil. São os delegados que presidem as investigações policiais, que conduzem o trabalho de elucidação dos delitos e que entregam resultados, permitindo que os autores de crimes cumpram suas penas e sejam retirados do convívio social. Eu sou delegado de polícia aposentado, portanto sei como é árduo, porém prazeroso, servir à sociedade. Parabéns a todos os delegados!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em nome dos deputados desta Casa, registramos os parabéns a Vossa Excelência e a todos os delegados de Mato Grosso do Sul e do Brasil.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Edegar de Lima, vereador de Figueirão; do senhor Márcio José de Oliveira, vereador de Iguatemi; e do senhor Jorge Mortari, vice-prefeito do município de Ribeirão. Pois não, deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência e os caros colegas vão jogar amanhã lá nas Moreninhas...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Estaremos nas Moreninhas...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — No estádio que o governador Zeca do PT construiu.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não só um estádio: um complexo.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O Complexo Jacques da Luz.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns!



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pois é... Hoje ele está absolutamente abandonado. Um complexo com quatro quadras de múltiplas modalidades, sala de música, sala de teatro, sala de dança, hidroginástica — tudo, absolutamente tudo, abandonado. Vou solicitar, inclusive, e farei um ato político com o deputado Pedro Kemp, presidente do nosso Diretório Municipal, para exigir do poder público (estadual e municipal) a recuperação do Complexo Jacques da Luz...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, vamos para a Ordem do Dia. O senhor faz esse registro na hora da manifestação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 160/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Obriga a seguradora a comunicar formalmente ao proponente, ao seu representante legal ou ao corretor de seguros a decisão de não aceitação da proposta de contratação de seguro no Estado de Mato Grosso do Sul." Recebemos com muito carinho o nosso líder maior, deputado Londres Machado. Temos agora os vinte e quatro deputados presentes. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 160/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 240/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Declara de utilidade pública estadual a Associação Fratello, localizada no município de Campo Grande". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero destacar a importância da Fratello, que faz todo o meio de campo na captação de órgãos. Só este ano foram realizados mais de quarenta transplantes de fígado aqui em Mato Grosso do Sul. Já somos o quarto estado que mais realiza esse tipo de transplante. É um trabalho inovador, que precisa, cada vez mais, ser valorizado, porque tem salvado muitas vidas. Hoje, com a declaração de utilidade pública, a Fratello dá um passo gigantesco para ampliar seu atendimento aqui no estado. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Em votação.

Projeto de Lei nº 240/2025, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e três votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 269/2025. Autor: deputado Gerson Claro. "Declara de utilidade pública estadual o Instituto R, situado em Campo Grande." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal (com acordo de líderes). Projeto de Lei nº 257/2025. Autor: Poder Executivo. "Estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso do Sul para o exercício financeiro de 2026". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e as Emendas nºs 01 a 15, 17 a 37, 39 a 73, 75 e às Emendas de Metas nºs 104 a 112, 141 a 143, 145, 147 a 152, 154 a 165, 167 a 169, 171 a 175, 177 a 202, 204 a 208, 210, 211, 213, 215, 216, 219, 220, 222, 224, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, com as mesmas emendas já citadas, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para justificar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificativa de voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, é evidente que vou votar favorável; afinal de contas, não podemos prejudicar o estado na votação da peça fundamental para o exercício de 2026, não é, deputado Pedro Kemp? A peça que fixa a despesa, a receita, enfim. Quero dizer a Vossa Excelência, presidente, e a esta Casa que, ao encerrarmos o ano, meu líder deputado Londres Machado, desejo que — Deus queira — ano que vem o governo Riedel se arrume e consiga pagar o salário dos funcionários em dia, consiga minimamente recuperar a capacidade de investimento, porque hoje só faz o



Fundersul — que eu criei, que ele era contra... Então, eu desejo, Pedro Kemp, que o governo Riedel retome os investimentos. Com certeza, alguns aqui do meu lado olham e dizem: "Mas e os outros?". Educação... dinheiro do Lula! Saúde... dinheiro do Lula! Habitação... dinheiro do Lula! Social... dinheiro do Lula! Desejo que o Riedel consiga recuperar a capacidade de investimento. É isso que eu desejo para o estado das minhas filhas e dos meus netos. Obrigado, senhor presidente. Voto sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Para declaração de voto, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaro voto favorável e digo ao deputado Zeca que fique tranquilo: o Governo está se estabilizando, não há essa crise toda que vocês alardeiam. Na verdade, é o período eleitoral chegando. E o Governo ajusta — é assim que se faz com o orçamento. Quando há perda de receita, tem de ajustar... Pedido de empréstimo é para manter o investimento: vai chegar na veia, lá nos municípios. O empréstimo vai se transformar em asfalto, em drenagem, em casa popular, em incentivo à moradia... Então, não é nada do Lula, é tudo do Governo do Estado. E o Lula faz a parte dele — e ainda mal feita. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu vou ousar como presidente: é bom o debate, o bom Parlamento. E o dinheiro não é nem do Lula nem do Riedel, o dinheiro é do povo. E nós fazemos isso com a maior maestria aqui nesta Casa. Deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero lembrar, senhor presidente, só uma coisa interessante: 60% de cada um real arrecadado neste país fica na mão do Governo Federal; e é natural que a devolução seja maior também por parte do Governo Federal — é responsabilidade dele. Mas eu estou fazendo um aparte para agradecer ao relator, deputado Caravina, por ter acatado todas as minhas emendas colocadas ao orçamento. Peço voto aos colegas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 00257/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o orçamento do Estado para 2026. Vai à redação final.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — O deputado Junior Moch já disse o que eu ia dizer. Então, já que o assunto é o ex-governador Zeca, e Vossa Excelência mencionou a questão do esporte, quero relatar um momento histórico: a inauguração do Estádio das Moreninhas. Eu estava jogando no time do governador contra o time formado por alguns secretários e pela imprensa. E, durante o jogo, eu sofri um pênalti. O estádio estava lotado. Eu peguei a bola, deputado Londres, e coloquei na mão do governador, à época, Zeca do PT, para ele bater o pênalti. Aí fui lá falar com o goleiro, que era o cabo Pereira. Fui lá no ouvido dele, Coronel David, e disse: "O estádio está cheio, e o governador vai bater esse pênalti. Você vai para o outro lado." E lá vai o governador Zeca — que sabia um pouquinho, jogando do meu lado; lembra disso? — bater o pênalti. A desgraça do cabo Pereira fez uma defesa inimaginável, no canto: pegou o pênalti na inauguração do estádio! A promoção do cabo Pereira foi prorrogada por muito tempo. [Risos no Plenário]... Bem diferente daquele jogo na chácara, em que o Eduardo Rocha simulou um pênalti, o Riedel foi bater, e o goleiro saiu correndo. Aí ele fez o gol...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Onde foi o jogo?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Lá na sua chácara.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O goleiro não ia entrar mais, se pegasse...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Exatamente! O Zeca bateu o pênalti muito bem — e o cabo Pereira pegou. Então, governador, acho que o senhor tem que ir ao jogo de quinta-feira, para fazer um gol de pênalti e recuperar a história. Era isso.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não, delegado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Antes de encerrar...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não terminou a Ordem do Dia, senhor deputado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Saindo do futebol e voltando para a LOA, quero parabenizar e agradecer aos parlamentares. Foram 220 emendas aprovadas e incorporadas ao texto — emendas que vão auxiliar o Governo nos investimentos que serão feitos nos municípios no ano que vem. Aprovação em tempo recorde, mas com as emendas necessárias para melhorar o texto original.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, eu tenho uma moção de congratulação direcionada...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Moção nº 4.917.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ... à Federação de Bandas e Fanfarras de Mato Grosso do Sul — Febafams —, à Banda Municipal de Rochedo, à Banda de Percussão Mário Guerreiro, de Aquidauana, e à Banda de Música Cristo Redentor, de Três Lagoas. Como o presidente da Federação está aqui presente, o Fábio, e também o coordenador e a secretária da Banda Municipal de Rochedo, eu gostaria de fazer a entrega...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nas Explicações Pessoais, ao final da Ordem do Dia, deputado...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — OK!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Cinco requerimentos, quinze indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da senhora Maria Iales Guerra. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Não havendo oposição, dou-a por aprovada. Registramos e agradecemos a presença do vereador André Salineiro, do município de Campo Grande. Obrigado pela presença aqui na Assembleia Legislativa. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu não vou usar os dez minutos. Mas eu não poderia deixar de vir à tribuna para comentar a fala do meu colega Pedro Kemp. Eu, como produtor rural e como alguém que conhece o setor produtivo — único setor deste país que preserva —, não poderia deixar de me manifestar. A cidade passa para o campo seus dejetos; a cidade polui muito mais do que o campo. Nós somos obrigados, por lei, a respeitar o meio ambiente, as matas ciliares e os 20%, que custam ao produtor rural, que tem de preservar sem nenhum incentivo. Este é o único país do mundo em que, aqui na nossa região, os produtores rurais são obrigados a ter 20% de mata; parte do Norte, 50%; e, em parte do Norte, você compra 100%, usa 20%. Existem os fazendeiros maus? Existem. Mas, quando eu ouço aqui colegas fazerem generalizações quanto ao setor do agronegócio e colocarem a culpa em todos os produtores rurais, eu não concordo. Por quê? Se existe neste país um setor que preserva, esse setor é o produtivo. Vá a Jardim, a Guia Lopes, a Bonito, visite as propriedades de quem preserva a mata, de quem preserva os rios. É nossa obrigação

produzir alimentos. Ninguém tem uma propriedade de enfeite. Tem de produzir arroz, feijão, milho, soja, carne — porque é isso que alimenta o mundo. Agora, o mau produtor rural tem a lei para cumprir. Nosso Código Ambiental é um dos mais rígidos do mundo. Pessoas vêm da Europa para falar de nós, mas os europeus não têm nada preservado para apresentar. Eles destruíram tudo, abriram tudo para produção. Então, quero dar um conselho ao meu colega: quando ele vier à tribuna para falar de quem depreda, de quem joga dejetos nos rios, que diga o seguinte: as pessoas que não respeitam a lei, que poluem têm de ser punidas. Agora, é necessário reconhecer aqueles que preservam com recurso do próprio bolso. Eles não recebem incentivo do Governo para preservar. E eles compram 100% da área, mas só podem usar 80% dela. Isso está na lei. Então, não precisa vir aqui falar mal do setor produtivo, porque ele é que nos dá a vida, é ele que produz o nosso alimento. As pessoas que preservam deveriam ser compensadas e os maus deveriam ser punidos. Não podemos generalizar. Não é essa "fazendeirama", como disseram aqui. Alguns maus produtores degradam o meio ambiente. Se o proprietário não faz a curva de nível, se não faz o plantio direto, se não mantém as matas ciliares, tem de ser punido — e, para isso, existe a lei. É a lei do Ibama, é a lei ambiental. O duro é ter uma propriedade, querer produzir, e demorar meses — às vezes anos — para conseguir uma licença dentro da lei. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda nas Explicações Pessoais, convidamos as entidades musicais aqui presentes para virem receber a moção. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Junior Mochi, em nome de seus pares, vem consignar a merecida admiração e o devido reconhecimento à Banda Municipal de Rochedo e à Federação de Bandas e Fanfarras de Mato Grosso do Sul." Depois da entrega, encerraremos a Sessão...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu quero parabenizar o trabalho do professor Fábio. Já acompanho o seu trabalho há um longo tempo. Ele tem feito a diferença aqui no estado. Continue assim, Fábio!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Feita a entrega das merecidas homenagens, estão encerradas as Explicações Pessoais. Esta presidência solicita aos senhores deputados que façam esforços coletivos para colocar os projetos em dia. Há mais de vinte projetos do Executivo e dos demais poderes, inclusive o que trata da prorrogação do Refis do Tribunal de Contas, que é importante. Estão chegando dois projetos do Tribunal de Contas para nós votarmos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Muito obrigado (11h31min).